



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ÁREA DE ANTROPOLOGIA)
CAIXA POSTAL 8105
01000 — SÃO PAULO, BRASIL

Orlando Sampaio Silva

OS GRUPOS TRIBAIS DO TERRITÓRIO DE RORAIMA

SÃO PAULO

1980

REVISTA DE ANTROPOLOGIA
SEPARATA DO VOLUME XXIII.

Boa Vista, como celebra-
ção aniversário de

Orlando Sampaio Silva
S. D. 20/10/83

OS GRUPOS TRIBAIS DO TERRITÓRIO DE RORAIMA (*)

Orlando Sampaio Silva
(Universidade Federal do Pará)

1 — INTRODUÇÃO

Cobrindo praticamente toda a superfície do Território Federal de Roraima, a Bacia do Rio Branco é uma das áreas do território brasileiro, menos ocupadas por população nacional. Essa mesma área, porém, contém um variado mosaico de grupos e culturas indígenas. Estes grupos experimentam diferentes estágios no contato com a sociedade nacional e têm suas malocas e áreas de deambulação distribuídas difusamente por todo o Território.

A amplitude da dispersão indígena no Território de Roraima caracteriza essa unidade da federação com traços particulares muito nítidos no relacionamento entre as populações humanas e a natureza envolvente, bem como no confronto de interesses sócio-econômicos de sociedades dispostas em complexos culturais diferentes entre si.

Ainda subsistem em Roraima agrupamentos indígenas vivendo em total isolamento em meio à floresta. Em posição polarizada, indivíduos de origem tribal já se encontram integrados à sociedade urbana de Boa Vista, capital do Território Federal.

Os grupos indígenas sobreviventes na Bacia do Rio Branco se distribuem neste contínuo, que vai do índio integrado ao índio isolado.

Os grupos tribais de Roraima são referidos na literatura antropológica e nos documentos e informações oficiais da Fundação Nacional do Índio, bem como, pelas populações do Território que falam a língua portuguesa ("civilizados" e índios em processos de aculturação), por nomes que representam a auto-denominação de cada grupo ou a maneira como eles são indentificados por outros grupos indígenas amigos ou inimigos.

(*) — Pesquisa de campo realizada para SERETE-SUDAM, em agosto/setembro de 1976.

Essas denominações, em regra, são utilizadas para identificar a língua e/ou o dialeto falado por cada grupo. Essas línguas, agrupadas, permitem a classificação dos grupos indígenas segundo a família lingüística à qual se filia seu idioma.

Índios do tipo “floresta tropical” (1) encontram-se situados na área cultural indígena Norte-Amazônica (2).

Ressalvada a possibilidade de omissões decorrentes da falta de informações exaustivas sobre os índios de Roraima, de vez que as populações indígenas daquela área ainda não foram todas objeto de abordagens no campo da Antropologia, e o órgão indigenista oficial não está em contato com todas, particularmente com os grupos isolados, tenta-se, a seguir, explicitar os grupos indígenas existentes atualmente na Bacia do Rio Branco.

Migliazza, em 1970, apresentou a seguinte ocorrência de grupos indígenas no Território Federal de Roraima, classificados de conformidade com suas filiações lingüísticas (3):

- a) Yanomami:
 - Yanomam
 - Sanuma
 - Ninam
- b) Carib:
 - Macuxi
 - Taurepan, Arekuna
 - Ingarico
 - Maiongong
 - Waimirí
- c) Arawak:
 - Wapixana
- d) Isolados:
 - Kariana
 - Maku.

O mesmo autor, naquela oportunidade, referia-se também aos Pauxiana, grupo Karib já integrado no baixo Rio Catrimani às populações caboclas das proximidades do Rio Branco.

Em agosto e setembro de 1976, na pesquisa realizada como parte integrante deste estudo, foram relacionados os seguintes grupos indígenas presentes em Roraima (4):

a) Grupos de língua Karib:

- Makuxí
- Taurepán (ou Taulepang)
- Ingarikó
- Mayongong
- Way-Way
- Waimirí
- Atroarí

b) Grupo de língua Aruak:

- Wapixána (ou Wapitxána)

c) Grupos de línguas Yanoama ou Yanomam (5):

- Yanomami ou Yanomam
- Sanomam ou Sanumá
- Ninam (Xirixána, Xirianá)
- Yauarí

d) Grupo de língua isolada (possivelmente Tupi):

- Máku.

Qualquer tentativa objetivando estimar a população indígena total existente no Território Federal de Roraima é arbitrária, face à inexistência de dados globais, que permitam processar a quantificação. São desconhecidos os contingentes populacionais dos grupos indígenas isolados, sobre os quais apenas se podem fazer estimativas, sem maior rigor estatístico.

Os índios enquanto tais não são atingidos pelos censos gerais e decenais realizados pela FIBGE junto à população nacional. Cabe aos Postos Indígenas da FUNAI proceder aos censos nas aldeias. Em Roraima, porém, a Fundação Nacional do Índio ainda não foi ao encontro de todas as aldeias indígenas, mesmo daqueles índios em prolongado convívio com a sociedade nacional, estando sob o controle do órgão oficial um número ainda reduzido de aldeias (6).

Quando indivíduos indígenas habitantes em zonas rurais ou em centros urbanos são atingidos pelos censos demográficos nacionais não são na qualidade de índios, ficando qualificados no conjunto da população nacional, o que elimina a possibilidade de separá-los para efeito de contagem da população indígena.

A SUCAM — órgão do Ministério da Saúde, que oferece cobertura epidemiológica extensivamente às populações do Território — registra a presença de 207 malocas na área da 10a. Delegacia da FUNAI, das quais 57 são constituídas de apenas uma casa (cf. informação daquela Delegacia Regional do órgão indigenista). Convém que se note, entretanto,

que aquela repartição federal de saúde não inclui naquele cômputo de malocas a totalidade das habitações indígenas existentes naquela unidade da Federação. As malocas localizadas nas áreas florestais do noroeste do Território — para exemplificar — estão fora daquele cômputo (7).

Qualquer esforço de quantificação de populações indígenas deve partir da adoção de um conceito (ou vários) de índio, como um pressuposto teórico, medida esta indispensável para distinguir as populações indígenas das não - indígenas. Para efeito deste estudo, é adotado o conceito de indígena apresentado por Ribeiro (8): “Índio é todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade de origem pré-colombiana que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato”.

Em Roraima, resta à Antropologia a dificuldade em identificar “quem é” e “quem não é” índio entre os indivíduos com características físicas evidentemente indígenas, que habitam nos centros urbanos. Muitos destes moram há muitos anos em cidades e nelas integram o mercado de mão-de-obra; outros, recém-chegados, ainda estão ligados de alguma maneira à vida tribal, mantendo, com freqüência, residências na periferia da cidade e também em suas aldeias indígenas de origem. A abordagem psico-cultural poderia abrir perspectivas para a tentativa de identificação étnica.

A FUNAI não emancipou qualquer indivíduo ou comunidade indígena em Roraima (9).

Pesquisas exaustivas e em profundidade que se realizarem nas cidades e nas zonas rurais poderão conduzir a uma possível caracterização, inclusive do aspecto quantitativo, das populações indígenas em processo de integração à sociedade nacional. Quanto às comunidades indígenas isoladas, apenas a chegada até elas de representantes de nossa sociedade — FUNAI, antropólogos — permitirá sua quantificação demográfica.

2 — ÍNDIOS DOS CAMPOS E SAVANAS

2.1 — *Os Makuxí*

Os índios Makuxí aldeados, os que habitam em casas isoladas, bem como os que encontram dispersos nas populações “civilizadas” em aglomerados rurais ou urbanos, estão localizados no nordeste do Território de Roraima. Alguns remanescentes ainda podem ser encontrados na República da Guiana, às proximidades da fronteira com o Brasil.

Os acidentes geográficos que estabelecem o limite ocidental da região habitada pelos Makuxí são o Rio Parimé e a ilha fluvial Maracá, no Rio Uraricuera. São índios do “lavrado” onde sempre habitaram, conforme a memória tribal dos mais antigos.

Historicamente, dominaram essa região e submeteram ao seu domínio outros grupos tribais, como os Wapixána, com os quais hoje convivem pacificamente.

A população Makuxí está distribuída parte em território patrimonial da FUNAI, na Fazenda São Marcos, e parte além dos limites desta fazenda, para leste e para oeste.

Seus aldeamentos são predominantemente habitados apenas pelos Makuxí; há entretanto, aqueles nos quais também se encontram índios Wapixána e mesmo, Taurepán.

Na pesquisa de campo, diversas aldeias Makuxí foram visitadas. A aldeia Vista Alegre está localizada em terras da Fazenda São Marcos, nas proximidades do Rio Uraricuera a cerca de 10 km da sede da fazenda. Nella está instalado um Posto Indígena da FUNAI e também residem duas famílias de índios Wapixána.

Nesta aldeia, habitam 199 índios, dos quais 17 são Wapiána e os demais, Makuxí. Para essa aldeia estão se transferindo os Makuxí da aldeia Daroura, situada em área próxima, às margens do Rio Tacutú, sob o pretexto de que as terras de Daroura são impróprias à agricultura. Na realidade, Vista Alegre, face à ação do então Chefe do P. I., em coordenação com os líderes tribais, tendia a tornar-se um importante núcleo de concentração de populações Makuxí, a partir de um cuidadoso trabalho comunitário de auto-promoção, que se encontrava em desenvolvimento.

Na aldeia Daroura, ainda residiam 58 Makuxí, já se tendo transferido para Vista Alegre 21 índios.

Na aldeia Vista Alegre, encontram-se 27 casas habitadas por famílias indígenas nucleares, em alguns casos, extensas, em outros, com 7,3 habitantes, em média, por residência. A agricultura é praticada em um grande roçado dividido em porções familiares. Está equipada com duas casas de farinha. Ainda se encontra na aldeia, a sede do clube de futebol com seu campo, a cantina, uma escola e a sede do Posto Indígena da FUNAI. Esta comunidade está construindo uma grande cerca divisória de arame farpado, para separar do resto da Fazenda São Marcos, a área que servirá a seu projeto pecuário autônomo, fato que dá a medida da penetração desta comunidade na economia da sociedade inclusiva.

A aldeia Raposa está localizada fora da Fazenda São Marcos, a leste desta fazenda. Esta aldeia desfruta de uma posição de significativo realce entre os Makuxí, por se constituir no mais importante centro de liderança política a leste da Fazenda São Marcos. Em torno desta aldeia, se distribuem, dispersas no "lavrado", 22 aldeias Makuxí, além de numerosas casas isoladas ou pequenos agrupamentos de casas, em um raio de cerca de 100 km.

A comunidade da aldeia Raposa tem 39 casas, apresentando a média de 8,4 indivíduos por residência, de vez que neste aldeamento moram 330 índios Makuxí. No período fevereiro-abril de 1964, a população da Raposa era de 177 pessoas (10). A população dessa aldeia se encontra em franco crescimento vegetativo.

As aldeias Makuxí estão inseridas na zona de pecuária extensiva e tradicional de Roraima. Os reflexos da frente pecuária se projetam sobre os grupos tribais localizados na área. Com efeito, a comunidade da aldeia Raposa conseguiu acumular um pequeno, diversificado e significativo criatório. Convém ressaltar sua condição indígena, pois apesar de se manter em contato permanente com a sociedade nacional, nela não está integrada, conservando-se aldeada. Essa comunidade de pequenos produtores não desfruta de crédito bancário, nem tem capital de giro. Está nos limites de uma economia tribal. Apesar destas circunstâncias restritivas, aquela comunidade, em setembro de 1976, tinha um rebanho assim constituído:

<i>Rebanhos</i>	<i>Unidades</i>
Vacum	168
Ovino	103
Caprino	47
Suíno	92
Eqüino	162

A aldeia Guariba, dos Makuxí, também visitada, apresentava uma população de 279 pessoas distribuídas em 51 casas, com a média de 5,4 indivíduos por habitação.

Outras aldeias sob a jurisdição do P.I. Raposa — estando este localizado na aldeia do mesmo nome — apresentavam os seguintes dados referentes à população e residência:

<i>Aldeia</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Casas</i>	<i>Hab./Casa</i>
Napoleão	284	47	6
Sta. Maria	141	18	7
Aratanha	259	35	7
Chuminã	201	23	8
Maracanã	130	28	4
Morro	65	8	8
Macedônia	130	13	10
Perdiz	182	32	5
Pacú	86	15	5
Limão	120	25	4
Cachoeirinha	172	32	5

Duas outras aldeias da mesma área apresentavam as seguintes populações: Araçá — 98 habitantes; Contão — 279 habitantes.

Um informante índio que mora na aldeia Raposa (11) fez referência a denominações de grupos indígenas de sua região que não coincidem com as denominações correntemente aceitas para os mesmos grupos. Destarte, aquele informante diz ser a aldeia Contão habitada por índios Monaykó, que falam uma língua muito semelhante ao idioma dos Makuxí, sem, no entanto, ser igual. A inferência que flui dessa informação, mas que apenas pode ser verificada através de estudos lingüísticos, é de que a comunidade indígena de Contão fala também uma língua Karib, que, no entanto, não é igual à língua falada pelo índio Makuxí informante. Diniz (12) e Migliazza (13) indicam a aldeia Contão como sendo Makuxí.

Ao norte da zona campestre e de savanas, e em torno do eixo da rodovia BR-174, localizam-se aldeias que estão sob a jurisdição do P.I. Boca da Mata. As aldeias Curicaca (Makuxí), Orocaima ou Santa Rosa (Makuxí) e Boca da Mata (mista Makuxí, Taurepán, Wapixána e raros elementos Ingarikó) encontram-se dentro dos limites da Fazenda São Marcos; a aldeia Ereú (Makuxí) está fora, a oeste da Fazenda. Nesta última aldeia moram 80 índios; na aldeia Orocaima, moram 66; na Curicaca, 40 e na Boca da Mata, onde se encontra instalado o Posto Indígena, habitam 32 Makuxí de permissão com representantes de outros grupos tribais (14).

Na sede da Fazenda São Marcos pode ser encontrada uma comunidade indígena em franco processo de integração à sociedade nacional. Neste local, habitam 122 pessoas, entre índios Makuxí, Wapixána, mestiços Makuxí-Wapixána, índio-“branco”, índio-negro e “brancos”, estando entre estes últimos, o administrador da Fazenda e sua família. Todos — mestiços, índios e “brancos” — são funcionários da FUNAI.

2.2 — Os Wapixána

Os índios Wapixána — denominação pela qual os próprios integrantes desse grupo tribal se auto-referem e são referidos pelos Makuxí —, registrados na literatura antropológica predominante como Wapixána (15), têm suas habitações isoladas ou congregadas em aldeias espalhadas pelo “lavrado”. Ainda se podem encontrar remanescentes Wapixána em território da República da Guiana, nas proximidades da fronteira com o Brasil.

As habitações Wapixána estão localizadas dentro e fora da Fazenda São Marcos, em aldeias exclusivamente Wapixána, ou compartilhadas com índios Makuxí e mesmo com Taurepán e Ingarikó. As aldeias Wapixána estão em maior concentração na região do Rio Amajari; ao sul do Rio Uraricuera e a oeste do Rio Branco; e a leste deste último rio, norte do Rio Quitauaú e sul do Rio Tacutú; portanto, em três áreas bem definidas.

Na porção sudeste do “lavrado” — região da Serra da Lua — está localizada aquela área do território brasileiro delimitada pelos rios Branco, Quitauaú e Tacutú. Estas terras são cortadas ao norte pela rodovia BR-401, que faz a ligação entre Boa Vista e a República da Guiana. Os aldeamentos Wapixána disseminados nesta área, ora são exclusivos desse grupo tribal, ora se encontram de permeio índios Makuxí e/ou “civilizados”.

Na aldeia Tábua Lascada, encontram-se 17 famílias, com um total de 94 pessoas. Aí, apenas o velho tuxaua ainda é capaz de falar a língua Walixána. Nesta aldeia são hospedados alguns índios Makuxí.

A aldeia Malacaxeta congrega 350 Wapixána distribuídos em 45 famílias. Muitos dos índios desse aldeamento são originários da Guiana.

Estão concentrados na aldeia Canoani 19 famílias Wapixána e raros índios Makuxí. Esta comunidade mantém grande unidade em torno de seu tuxaua.

Doze famílias, nas quais índios Wapixána estão misturados com “brancos”, habitam na aldeia Pedra Branca. Face ao convívio interétnico, no interior desta comunidade, não há tuxaua.

A comunidade da aldeia de São Francisco, constituída de 8 famílias Wapixána e Makuxí, está em desagregação, sem liderança política tribal. Um fazendeiro “civilizado” intenta a expulsão desses índios de suas terras.

Na aldeia Wapixána chamada Manauá, também residem uns poucos Makuxí. Nesta aldeia, vivem 190 pessoas distribuídas por 44 famílias.

As vizinhanças da Vila Bonfim, próximo da fronteira do Brasil com a Guiana, há uma comunidade Wapixána, na aldeia Pium, formada por 12 famílias, em um montante de 80 pessoas, sob a liderança de um tuxaua. Essa aldeia também enfrenta graves problemas de disputa de terras com os fazendeiros “brancos”.

Tucano é um aldeamento que reúne 10 famílias compostas de “brancos” e índios Wapixána acaboclados. O vilarejo está localizado à margem da rodovia BR-401.

Nas vilas Sucuriçu e Nova Esperança convivem índios Wapixána e Makuxí, além de indivíduos “brancos”, sendo que na primeira daquelas vilas habitam 55 pessoas distribuídas em 10 famílias.

Por último, resta referir, com relação a essa área, à Serra da Lua, onde estão localizadas 5 comunidades Wapixána, que perfazem um total de 400 pessoas que compõem 80 famílias. A aldeia Jacamim daquelas comunidades é a que se encontra mais distanciada das frentes de populações nacionais e, dado esse isolamento, apenas raros índios falam a língua portuguesa.

Em outra área, no interior da Fazenda São Marcos, 116 índios Wapixána e uma família de 7 makuxí constituem a população da aldeia do Lago Grande (16). Os Wapixána se recusam a aceitar como um fato consumado a presença da família Makuxí em sua aldeia. O evidente estado de tensão existente entre os grupos hospedeiro e hospedado à primeira vista é provocado pela rebeldia dos Makuxí, que não aceitam a liderança do tuxaua Wapixána. Porém, esta situação antagônica pode ser reflexo, no presente, de antigas rivalidades no âmbito das relações sociais mais amplas entre os dois grupos étnicos.

Os Wapixána do Lago Grande se auto-denominam “Epignãñão”, expressão esta que pertence a sua língua nativa. Esta é falada por todos os adultos da aldeia. Há na aldeia do Lago Grande 11 habitações indígenas mais uma casa na qual está instalada a escola.

Também no interior da Fazenda São Marcos, a aldeia Perdiz é referida por Diniz (*op. cit.*) e por Migliazza (*op. cit.*) como uma aldeia de índios Wapixána. Todavia, o índio Agostinho — Makuxí — informa que “os índios da aldeia Perdiz são Erián; eles falam uma língua muito diferente, que não entendo”. Provavelmente o informante se refere a um idioma Aruak, que poderia ser o próprio Wapixána, ou uma variante dialetal do Wapixána, ou mesmo outro idioma filiado à família linguística Aruak.

Na área norte da Fazenda São Marcos, na aldeia Boca da Mata, 10 índios Wapixána vivem lado a lado com índios Makuxí, Taurepán e Ingarikó. Ao sul, na aldeia Vista Alegre, 17 Wapixána são hóspedes da comunidade maior Makuxí.

2.3 — Traços Sócio-econômicos e culturais dos Makuxí e dos Wapixána

Índios Makuxí e Wapixána têm emigrado para Boa Vista, capital do Território de Roraima. A região de campos e savanas do nordeste de Roraima é pontilhada, porém, de aldeias e de habitações isoladas desses indígenas, onde conseguem conservar-se em relativa segregação, embora mantendo com a sociedade nacional contatos permanentes.

São agricultores e plantam seus roçados onde restam matas ciliares e nas encostas dos montes. Os campos e savanas não se prestam à agricultura e as terras indígenas têm sido objeto de espoliações no processo de expansão da economia pecuária “civilizada”. Suas roças são coletivas com subdivisões familiares, ocorrendo também as roças familiares isoladas.

Estando envolvidos por fazendas de gado da frente pecuária nacional, inevitavelmente os Makuxí e Wapixána passaram a receber em suas comunidades as influências desse tipo de atividade econômica, que no passado lhes era estranha. Em consequência, paulatinamente se vão envolvendo na pecuária, ora como trabalhadores temporários, ora como cria-

dores em embrião, sendo esta última opção possível a alguns indígenas, face à sua passagem anterior pelo papel de vaqueiro nas fazendas.

São caçadores, e pescam nos lagos e rios.

Ainda mantêm um artesanato elementar. Sua produção artesanal está voltada para a produção de cestos, paneiros, redes de algodão para dormir, arcos e flechas, sendo ainda possível encontrar-se os trabalhos em cerâmica em algumas aldeias. Os arcos e as flechas — armas tradicionais desses povos indígenas — são cada vez menos usados, na medida em que vão sendo substituídos pelas espingardas “civilizadas”, mais eficazes na caça.

Conservam suas línguas indígenas, apesar de, em geral, todos saberem falar o português. Em algumas aldeias, as crianças apenas falam o português, mas compreendem as línguas de seus pais.

Sob a influência de missionários, muitos se consideram integrantes de religiões e seitas cristãs, sem, no entanto, renunciarem às suas crenças tradicionais. As mitologias Makuxí e Wapixána, suas entidades míticas, a magia xamanística permanecem vivas e no âmago das estruturas culturais desses grupos tribais.

Os Canaimés, entidades malignas, que podem causar a morte e outros males físicos, são personagens que povoam o pensamento mágico dos Makuxí.

As festas Makuxí tradicionais — Parixára (folha de inajá) e Tucú (beija-flor) —, embora caindo em desuso, são lembrados com saudosismo ardente e é desejada a sua prática.

Da mandioca produzem a farinha, o beijú e as bebidas indígenas fermentadas, caxirí e pajuarú, que consomem abundantemente.

Os índios Makuxí apresentam uma terminologia de parentesco de fusão bifurcada na primeira geração ascendente. Os termos de “primos” correspondem ao tipo Iroquês... (Cf. Diniz, 1972: 79).

Em geral, esses índios se mantêm coesos em suas comunidades aldeadas, sob a liderança de chefes indígenas (17).

3 — ÍNDIOS DAS ÁREAS DE FRONTEIRA

3.1 — *Os Taurepán*

Os índios Taurepán (denominação com a qual se auto-referem e são referidos por outros grupos tribais da mesma área) ou Taulipang (18) ou Arekuna (19) ou Jarikúna (20) se filiam à família linguística Karib. Seus aldeamentos estão de ambos os lados da fronteira do Brasil com a

Venezuela, encontrando-se, porém, o grosso de seus contingentes populacionais no território do país vizinho.

Em território brasileiro há apenas três aldeias com populações Taurepán (cf. informaram os chefes tribais e o chefe do Posto Indígena entrevistados), sendo duas exclusivamente Taurepán, chamadas Bananal, e Sorocaina, e uma mista, a aldeia Boca da Mata, já referida anteriormente (21).

As três aldeias localizam-se no interior da Fazenda São Marcos, próximas à fronteira internacional, em área cortada pela rodovia Manaus — Caracas (BR-174).

Em cada uma das aldeias Bananal e Sorocaina habita um clã familiar sob a liderança de Tuxauas. Estes são homens velhos, que desfrutam *status* de chefes clânicos, dada a sua posição na linguagem familiar associada à função de “ancião” (líder religioso) da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

A aldeia Bananal se encontra em grande isolamento na floresta dos contrafortes brasileiros da Serra do Paracaima, em local de difícil acesso, através de alagadiços, igarapés e elevações acentuadas. A aldeia compõe-se de sete habitações, um barracão com a função de templo religioso adventista, onde funciona a escola indígena, uma casa de farinha, uma casa velha abandonada, um chiqueiro de porcos e um galinheiro, tudo disposto sobre duas colinas separadas pelo igarapé Bananal (Makayapán, na linguagem dos Taurepán), em uma região de grande beleza paisagística.

A agricultura é praticada em um grande roçado dividido em porções familiares, onde os Taurepán cultivam mandioca, banana, cará, abacaxi, cana-de-açúcar, laranja, café, cuja produção atende às necessidades de subsistência do grupo. Ocasionalmente, resta algum excedente daqueles produtos, o qual é comercializado pelos indígenas na cantina (“cooperativa”, como é chamada no local) existente à margem da rodovia BR-174, pertencente à aldeia Sorocaina.

A população indígena da aldeia Bananal constitui-se de 38 pessoas distribuídas em residências, que se espalham nos topos das duas colinas. Essa separação não é apenas um mero episódio de ocupação territorial; ela resulta da cisão existente no interior do grupo local, em decorrência da qual uma família rebelde projeta retornar a Venezuela, país do qual são originários todos os adultos aldeados em Bananal.

A aldeia Sorocaina localiza-se no meio da floresta, a cerca de três quilômetros da rodovia BR-174. Nesta aldeia, há dez casas, entre as quais o templo adventista. Quando da visita à aldeia, havia apenas um bananal em produção e quatro roças familiares brocadas. Esse grupo local Taurepán constituiu-se de 41 indivíduos.

A pequena venda existente nas proximidades da aldeia, à margem da rodovia Brasil-Venezuela, pertence aos três filhos do tuxaua e chefe religioso adventista da comunidade. Nela são comercializados os excedentes de produção das aldeias Bananal e Sorocaina, bem como, os raros produtos manufaturados de origem “civilizada”.

A aldeia Boca da Mata está localizada justamente na linha em que os campos e savanas dão lugar às matas de montanhas nos contrafortes da Serra de Paracaima ou Parimá. A convivência nesta aldeia de contingentes populacionais que integram quatro grupos indígenas diferentes — Taurepán, Makuxí, Wapixána e Ingarikó — propiciou um estreito relacionamento social entre eles, com a ocorrência de intercasmamentos e o conseqüente surgimento de uma descendência mestiça, cujos indivíduos, com frequência, sentem dificuldades em definir a própria filiação étnica.

No âmbito da liderança política, ocorrem rivalidades entre facções, que, em geral, podem identificar-se com os contingentes tribais ali estabelecidos. O Posto da FUNAI presente na aldeia procura minimizar as rivalidades, ao mesmo tempo em que tenta mostrar aos indígenas que o problema mais grave que emerge no momento naquele território indígena é o lento, mas constante aumento de posseiros e empresários “brancos”, que se vêm estabelecendo naquela área de fronteira.

Na aldeia Boca da Mata habitam 32 índios Taurepán.

Uma escola “primária” encontra-se em funcionamento, construída pela Secretaria de Educação do Território de Roraima. Escolas semelhantes estão em funcionamento nas aldeias Ereu, Curicaca, Orocaima e mais uma à margem da estrada BR-174, todas com professores leigos mantidos pelo Governo do Território. No entanto, a escola que se instala na aldeia Bananal é de iniciativa particular da comunidade indígena, com o apoio do Posto Indígena.

3.1.1. — *Traços Sócio-econômicos e culturais dos Taurepán.*

Além de agricultores, os Taurepán são caçadores, pescadores e coletores de frutas silvestres. O criatório de gado é estranho aos seus costumes de índios da floresta; no que tange, porém, aos índios aldeados na Boca da Mata, a proximidade das fazendas de gado espalhadas pelos campos e savanas leva-os aos primeiros contatos com a pecuária, na condição de trabalhadores temporários nas fazendas e/ou como proprietário de raras cabeças de gado.

As terras dos Taurepán desde muitos anos vêm sendo invadidas por aventureiros em busca de riqueza, os garimpeiros do diamante, no Brasil e na Venezuela. Neste país vizinho, a exploração diamantífera hoje é realizada por empresas mineradoras. No Brasil, o empirismo da garimpagem continua. Alguns aventureiros ainda conservam a crença na existência de um “El Dou-

rado” em meio às matas das serras de fronteiras, portanto, no interior do grande território histórico dos Taurepán. Inevitavelmente, esses índios foram atraídos pela economia diamantífera, em cujos garimpos têm trabalhado como empregados de companhias mineiradoras, na Venezuela, e como garimpeiros, no Brasil.

Apesar de se considerarem adventistas, os Taurepán conservam fortes traços da cultura indígena, pela manutenção da língua nativa, da tradição da memória mítica tribal, da estrutura familiar de caráter clânico, da organização do trabalho no interior do grupo, da preparação de alimentos indígenas, tais como o mingau de banana, a damorida e o aluá, este último fabricado de cará ou de milho.

O puritanismo protestante impede-os de tomar o caxirí, bebida fermentada preparada de mandioca, e de praticarem qualquer tipo de dança indígena ou de origem “civilizada”. Todavia, no âmago de seu pensamento, exteriorizado ao longo das entrevistas, apreende-se sua cosmovisão mítica orientando a racionalidade de seus comportamentos e a compreensão do mundo natural e das relações e interações sociais em que estão envolvidos, em meio às quais, nos momentos cruciais, os Taurepán ainda reagem como índios.

3.2. — *Outros grupos das fronteiras internacionais*

“O índio Ingarikó ainda é brabo, vive na mata”, disse o informante índio Agostinho. Os Ingarikó habitam a região da Serra do Sol, próximo à fronteira do Brasil com a República da Guiana, sendo eles originários deste último país. Nesta área também é registrada a presença de índios Makuxí. Como estes, os Ingarikó também são Karib.

A mudança espontânea de índios Ingarikó da Guiana para o Brasil ainda continua. Em nosso país, há grupos Ingarikó isolados e grupos em contato superficial com um missionário da Assembléia de Deus, que atua naquela região setentrional do Território.

Os índios Mayongong (assim são referidos, no Brasil, pelos Makuxí) ou Makiritáry (como são conhecidos na Venezuela) habitam neste último país, tendo apenas uma aldeia no Brasil, localizada no extremo noroeste do Território de Roraima, em área cortada pelo rio Auaris, próxima da fronteira do Brasil com a Venezuela. São índios de língua Karib.

Excelentes navegadores, são fabricantes de canoas, que comerciam, inclusive, com as frentes de nossa sociedade. Fazem grandes roças. Mantêm-se em acentuada unidade interna. Habitam em uma ampla maloca comunal, apesar de algumas famílias morarem em casas menores, na aldeia. Seus vizinhos indígenas são os Samumán, do grupo Yanoama, sobre os quais têm exercido certa influência cultural. Os Mayongong (“gente que vive no mato”, na linguagem dos Makuxí) participam de um processo acul-

tuativo com o mundo dos “brancos”, que já se vem desenvolvendo há cerca de um século, através de contatos esporádicos.

Outro grupo Karib, os Way-Way, está se transferindo da República da Guiana para o território brasileiro. Vêm fixando-se parte no norte do Estado do Pará (Rio Mapuera), e parte junto ao Rio Anauá, em Roraima. Esta última área encontra-se próxima do ponto em que a linha limítrofe entre o Estado do Pará e o Território de Roraima encontra a fronteira do Brasil com a Guiana, ao norte do eixo da rodovia Perimetral Norte.

Trezentos e cinquenta Way-Way intalaram-se em três aldeias, no Rio Anauá. Sua língua é muito semelhante à língua falada pelos Waimirí e Atroarí, estes, como aqueles, Karib. Os Way-Way e os Waimirí-Atroarí realizam recíprocas visitas a seus aldeamentos.

4 — ÍNDIOS DA FLORESTA

Os índios Waimirí e os Atroarí têm seus aldeamentos localizados predominantemente no Estado do Amazonas, havendo, entretanto, aldeias no Território de Roraima, na região do Rio Alalaú.

O sudeste do Território de Roraima é área de perambulação dos Waimirí-Atroarí, que chegam a ultrapassar a rodovia Perimetral Norte, localizando-a muito ao norte de seu território indígena. Essas viagens são realizadas quando de suas visitas aos Way-Way.

Encontrando-se isolados na floresta, ainda podem decidir sobre as formas de contato que fazem esporadicamente com representantes da sociedade nacional, inclusive com a FUNAI, se pacíficas ou agressivas. Mantêm-se em estado de guerra com o “mundo dos brancos”.

Os Yanoama, que têm seus grupos locais disseminados nas florestas do noroeste do Território de Roraima e do Norte do Estado do Amazonas, estão sendo objetos de estudo em outro trabalho.

5 — SITUAÇÃO DE CONTATO COM A SOCIEDADE NACIONAL

Face à marcha contante das frentes pioneiras da economia nacional, através das terras ocupadas por grupos indígenas, estes são levados a comportamentos sociais específicos, que identificam diferentes graus de contato com os complexos estruturais pertinentes às diferentes áreas econômico-sociais presentes em Roraima. Este amplo cenário social, que se espraia por todo o Território Nacional, levou Ribeiro (22), em uma perspectiva histórica, a classificar grupos tribais do Brasil, segundo as seguintes categorias: extintos, integrados, em contato permanente, em contato intermitente e isolados.

No Território Federal de Roraima, o processo histórico de formação da sociedade brasileira tem conduzido à extinção uma população indígena

impossível de ser quantitativamente avaliada. Um informante indígena, que integra a comunidade da aldeia Boca da Mata, narrou um momento da vida de sua aldeia, na década dos anos dez, neste século, ocasião em que morreram 5.000 índios Makuxí, Wapixána e Taurepán. A interpretação mágica das mortes, que, segundo o informante, teriam sido provocadas “por um feitiço dos Ingarikó”, certamente, encobria a percepção da causa real, que seria a contaminação dos índios por doenças levadas por representantes da sociedade nacional, que avançavam pelos territórios indígenas com as frentes econômicas pastoril e extrativista de minérios.

Os Moyongong, embora mantenham seu aldeamento em grande isolamento, neste mesmo local estão em contato com missionários protestantes. Periodicamente realizam viagens até Boa Vista, bem como se dirigem ao território venezuelano, em busca de contato com os “civilizados”, para realizarem negócios, objetivando a aquisição de bens manufaturados nas cidades. Estes contatos já se vêm efetivando há cerca de um século, razão porque o grupo está submetido a um processo de mudança cultural persistente e efetivo.

Os Waimirí-Atroarí ainda se encontram isolados. Realizam esporádicos contatos com funcionários da FUNAI, nos Postos Indígenas existentes em sua Reserva, bem como com os construtores da rodovia BR-174, no trecho Manaus-Caracarái. Esses grupos tribais estão revoltados e sentem-se perseguidos pela sociedade nacional, que avança através de seu território indígena construindo aquela rodovia.

Na história recente desses índios, são registrados muitos conflitos entre seus guerreiros e representantes de nossa sociedade, encontrando-se entre estes alguns funcionários da FUNAI. Os índios têm sido agredidos e respondem violentamente. Mortes de elementos integrantes das frentes em confronto, neste contexto de interesses muitas vezes conflitantes, têm sido o saldo deixado pelos contatos violentos.

Os índios Way-Way, empreendendo sua mudança das florestas da República da Guiana para o Brasil, encontram-se isolados em relação à sociedade nacional em seu escalão local; mantêm, porém, contato constante com missionários da MEVA e com funcionários da FUNAI.

A vinda desses índios da Guiana — como de outros grupos tribais — decorreria, segundo a percepção de um missionário da MEVA, do fato de os indígenas se sentirem desassistidos naquele país, em consequência do que buscam o Brasil, na expectativa de serem atendidos e protegidos por entidades religiosas e pela FUNAI.

No extremo norte de Roraima, alguns grupos locais Ingarikó mantêm-se isolados nas florestas de montanhas. Outros vêm estabelecendo contatos esporádicos com missionários da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, na região da Serra do Sol.

Os Taurepán transitam com facilidade pela fronteira do Brasil com a Venezuela, quer pela via regular, através da rodovia Manaus-Caracas, transpondo a fronteira no BV-8, como por outras vias existentes nas montanhas, através da floresta, conforme os depoimentos de informantes indígenas.

Aqueles que habitam nas aldeias Boca da Mata e Sorocaina estão em contato permanente como os pioneiros brasileiros e venezuelanos que transitam pela estrada.

A mudança de índios Taurepán da Venezuela para o Brasil, conforme a explicação oferecida por integrante desse mesmo grupo, advém da descoberta feita pelos próprios Taurepán de que no país vizinho não desfrutam de uma política oficial especificamente voltada para assistência às populações indígenas, nem têm direitos especiais sobre as terras que ocupam; em contraposição, estão informados de que no Brasil há um órgão tutelar dos índios e uma legislação indigenista que contém dispositivos protecionistas e que estatui sobre o direito indígena em relação às terras ocupadas por grupos tribais.

Ainda na Boca da Mata, enfrentam as atividades dos pecuaristas nacionais e a invasão de posseiros e aventureiros sobre áreas territoriais indígenas, no interior da Fazenda São Marcos. Não se têm registrado, entretanto, conflitos abertos entre índios e “brancos”, sendo a presença da FUNAI, na área um fator de apaziguamento entre as partes.

Todavia, nessa região de fronteira, vizinha à área de garimpo, cortada por uma rodovia internacional e onde são praticados os comércios ilícitos de produtos madeiros e de carne, os índios Taurepán, Makuxí e Wapixána encontram-se em tensão, sob as pressões que vêm sofrendo.

O grupo Taurepán da aldeia Bananal mantém-se tranqüilo enquanto isolado em meio à floresta. Seu isolamento geográfico não significa, entretanto, pureza cultural, já que estabeleceram contatos com a sociedade “civilizada”, na Venezuela e no Brasil, há dezenas de anos, sendo a via principal do diálogo a ação missionária da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que atua em seus aldeamentos.

Os Taurepán têm voluntariamente integrado a mão-de-obra empregada na economia mineradora da Venezuela e na garimpagem naquele país e no Brasil. Sua participação verifica-se nas mesmas condições em que ocorre a inserção de trabalhadores não-índios no mesmo setor econômico. São contratados por companhias de mineração na Venezuela. Praticam a garimpagem segundo o sistema de “meia praça”, integrando turmas de garimpeiros, que dividem o produto da cata diamantífera com o “patrão”; a participação deste corresponde aproximadamente a 50% do dinheiro bruto apurado na venda dos diamantes, sendo o restante — abatidas as des-

pesas de manutenção — dividido em partes iguais pelos garimpeiros, sobrando livres 5% a mais para o garimpeiro-gerente de turma.

Nos campos e savanas, os Makuxí e Wapixána bem como raros remanescentes de outros grupos tribais, como os Máku, estão em contato permanente com a sociedade nacional, por via de sua frente pastoril. Mantêm-se aldeados, o que lhes assegura a coesão de suas comunidades, condição indispensável para que enfrentem o avanço da frente pastoril sobre suas terras.

Alguns têm se empregado, esporadicamente e por períodos curtos, como mão-de-obra em fazendas, como diaristas, ganhando, em agosto de 1976, Cr\$20,00 mais as refeições, para a realização de trabalhos marginais, tais como levantamento de cercas. Raros têm se dedicado ao criatório de gado, como vaqueiros, mas os que o fazem, têm a participação em quarta parte das crias.

O avanço da economia pastoril têm subtraído desses índios partes substanciais de suas terras, muitas vezes penetrando com suas cercas pelo interior de roças e até de aldeias indígenas.

A Fazenda São Marcos — território patrimonial da FUNAI — não ficou a salvo da ocupação de suas terras por invasores pecuaristas e por pequenos posseiros, o que trouxe a intranquilidade aos grupos tribais existentes em seu interior.

Os Makuxí e os Wapixána fazem constantes contatos com cidades, vilas e com fazendas de gado. Um número desconhecido desses índios reside em Boa Vista, a capital do Território, em franco processo de integração à sociedade nacional. Os aldeados, apesar de idealizarem a vida nas cidades, onde — pensam — desfrutariam dos bens produzidos pela sociedade urbana, preferem ainda conservar-se aldeados, mantendo sua identidade indígena, conservando traços da cultura antiga, na expectativa, frequentemente vã, de se garantirem o direito à ação assistencial da FUNAI, inclusive com a defesa de suas terras.

6 — TERRITÓRIOS INDÍGENAS

No Território Federal de Roraima há apenas uma áreas legalmente reservada com exclusividade aos índios (23), apesar de essa unidade administrativa ter, praticamente, toda sua superfície comprometida com a presença de populações indígenas.

Trata-se da Fazenda São Marcos, uma das três antigas fazendas nacionais, ex-fazendas reais criadas nos últimos anos do século XVIII. As outras duas fazendas chamavam-se São José e São Bento, estando hoje extintas. A Fazenda São Marcos foi fundada em 1793, pelo Capitão Sá Sarmento, Comandante da Fortaleza de São Joaquim, localizada às proximidades, na mar-

gem oposta do Rio Tacutu. O fundador da fazenda deu início ao criatório de gado com a aquisição de novilhas da Fazenda do Rei (24).

A Fazenda São Marcos veio posteriormente integrar o patrimônio do Ministério da Agricultura, ao qual estava subordinado o antigo Serviço de Proteção ao Índio. Com a totalidade de sua área pontilhada por malocas indígenas, a Fazenda era administrada pelo S.P.I., passando, mais tarde para a jurisdição administrativa da Fundação Nacional do Índio, onde se encontra vinculada ao Departamento Geral do Patrimônio Indígena.

Em maio de 1976, a Fazenda São Marcos foi demarcada com os seguintes limites: ao sul, confluência dos rios Tacutu e Uraricuera, no ponto em que formam o Rio Branco; a leste, o Rio Tacutu, até a foz do Rio Surumu, seguindo o limite por este rio até a foz do igarapé Miangue, subindo por este até a fronteira do Brasil com a Venezuela, na Serra de Paracaima; ao oeste, o Rio Uraricuera, até a foz do Rio Parimé, seguindo por este até a Serra de Paracaima; ao norte, parte uma linha seca da nascente do Rio Parimé, até a linha divisória da fronteira com a Venezuela, seguindo por esta, no alto da cordilheira de Paracaima, até a nascente do igarapé Miangue.

A área da fazenda é de aproximadamente 790.000 hectares. É a mais antiga reserva indígena do país, e dentro de seus limites encontra-se índios Makuxí, Wapixána, Taurepán e raros Ingarikó. Em seu interior estão instalados, além da sede administrativa da fazenda, os Postos Indígenas Vista Alegre e Boca da Mata.

Na fazenda, há sete retiros e um rebanho de gado vacum da ordem de 5.000 cabeças (cf. estimativa do administrador), estando, porém, cadastradas apenas 3.700. A esse rebanho se podem acrescentar 400 cabeças de gado cavalari.

No extremo norte da fazenda, por cessão da FUNAI (cf. informação do administrador), encontram-se instaladas algumas dependências do 2º Batalhão de Fronteiras — BEF — do Exército Nacional. O Governo do Território tem um projeto de construção de uma cidade, que se chamaria Paracaima, naquela faixa de fronteira.

Dentro dos limites da Fazenda São Marcos — uma reserva indígena —, ainda permanecem 64 fazendas de gado particulares, algumas das quais instaladas às proximidades das comunidades tribais. No entanto, (cf. informação do administrador,) não tramita nenhuma lide judicial tendo por objeto as terras invadidas da fazenda.

Ainda ao nível das áreas institucionalizadas, nas quais os indígenas têm direitos assegurados sobre as terras que ocupam, foi criada, através do Decreto N. 51.042, de 25 de julho de 1961, a Reserva Florestal

do Parimá, no Território Federal de Roraima, localizada ao norte do Território com seu limite setentrional coincidindo com a linha de fronteira do Brasil com a vizinha República da Venezuela.

O artigo 5º do Decreto N. 62.998, de 16/07/1968, que criou o Parque Indígena do Tumucumaque, assim determina: “São consideradas áreas reservadas aos índios, os parques ou reservas florestais, criadas em leis ou decretos, desde que nelas habitem, no todo ou em parte, tribos indígenas, aplicando-se no que couber, o regime estabelecido neste Decreto”.

Por sua vez a Lei N. 4.771, de 15/09/1965 — Código Florestal — considera de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas “a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas” (letras “g”, do art. 3º), ficando as florestas que integram o patrimônio indígena sujeitas ao regime de preservação permanente pelo só efeito daquela lei (§ 2º, do art. 3º).

A Reserva Florestal do Parimá não tem administração instalada em seu interior, não foi ainda ativada pela IBDF, a quem incumbe geri-la. Dentro de seus limites encontram-se índios Yanoama.

A Reserva Indígena dos Waimirá-Atroari está situada inteiramente no Estado do Amazonas.

Desta maneira, não estão institucionalizadas como patrimônio indígena todas as demais terras do Território Federal de Roraima que estão ocupadas por silvícolas, as quais ainda não foram reconhecidas como territórios indígenas através de atos jurídicos adequados e eficazes (Decreto de criação, demarcação judicial ou administrativa).

Isto não significa que os índios localizados fora da Fazenda São Marcos não têm direitos às terras em que vivem. A garantia da prerrogativa que eles desfrutam sobre as terras que ocupam é assegurada pela própria Constituição Brasileira — Emenda Constitucional N. 1/69, que estabelece, em seu art. 198, que as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis e a eles cabe posse permanente, sendo reconhecido seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes. A Lei N. 6.001, de 19/12/1973 — Estatuto do Índio —, repete, enfatiza e explicita em detalhes o direito constitucional do índio às suas terras, em seu Título III, que trata das terras dos índios.

A indefinição, porém, de limites territoriais para os grupos indígenas expõe esses agrupamentos humanos aos perigos de ocupações, invasões, esbulhos e alegações de falsos direitos sobre suas terras por estranhos. Daí a necessidade de serem tomadas prontas medidas pelo órgão indigenista oficial, objetivando o resguardo dos direitos indígenas, inclusive à própria sobrevivência biológica e sócio-cultural. A primeira providência, deve ser a identificação e a institucionalização das terras dos índios. Para a efeti-

vação dessas medidas é indispensável a participação dos antropólogos e de indigenistas, através de estudos e propostas objetivas, bem como da opinião pública nacional solidária com os direitos indígenas (25).

NOTAS

(1) — Stewart, J. — *Handbook of South American Indians*, B.A.E., Vol. 5, Washington, USA, 1949.

(2) — Galvão, E. — “Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959”, *Bol. M. Paraense Emílio Goeldi, Antropologia* n.º 8, Belém, 1960.

(3) — V. mapa do “Território de Roraima e Alto Orinoco — População Indígena”, 1970, de autoria de Ernesto Migliazza, col. do Governo do Território F. de Roraima.

(4) — Na pesquisa de campo, foram entrevistados antropólogos, administradores, Chefes de Postos Indígenas, sertanistas, no Museu do Índio (Rio de Janeiro), na sede da FUNAI (Brasília), na 10.ª Delegacia Regional da FUNAI (Boa Vista-RR), na Fazenda São Marcos da FUNAI (Roraima) e em 4 Postos Indígenas (Roraima); foram visitadas 8 aldeias indígenas.

(5) — Ramos (in *Manual para Treinamento na Língua Yanomam*, Univ. de Brasília, 1975) e Taylor (in *Projeto Yanoama*, Univ. de Brasília, 1975) referem-se às duas denominações desta família lingüística.

(6) — Em consequência, são apresentados apenas alguns dados quantitativos referentes aos grupos tribais visitados e/ou sob controle da FUNAI ou com assistência de missões religiosas.

(7) — O então Delegado da FUNAI em Roraima, deixando transparecer sua inevitável insegurança, estimava em 16.000 indivíduos a população indígena do Território.

(8) — Ribeiro, D. — “Culturas e Línguas Indígenas do Brasil”, in *Educação e Ciências Sociais*, CBPE, Vol. 2, n.º 6, Rio de Janeiro, 1957.

(9) — O Estatuto do Índio — Lei n.º 6.001, de 19/12/73 —, nos artigos 9º, 10 e 11, regula a libertação do regime tutelar para o indivíduo e comunidades indígenas.

(10) — Cf. Diniz, É. — *Os Índios Makuxí do Roraima*, Col. Teses n.º 9, Fac. Fil., C. e Letras de Marília, 1972.

(11) — O índio Agostinho, informante, considerava-se “vice-Tuxaua” da aldeia Raposa.

(12) — *Op. cit.*

(13) — *Op. cit.*

(14) — Durante a pesquisa de campo, a aldeia e o P.I. Boca da Mata, bem como a sede da Fazenda São Marcos foram visitados.

(15) — V. g. Ribeiro, *op. cit.*; Galvão, *op. cit.*; e Oliveira, R. C. — “O Contato Interétnico e o Estudo de Populações”, in *Rev. de Antropologia*, Vols. 17-20, S. Paulo, 1965-72.

(16) — A aldeia do Lago Grande foi visitada no decorrer dos trabalhos de campo.

(17) — Em 1966, Migliazza se refere à existência de “apenas três falantes da língua Máku, no Rio Uraricuera”. Possivelmente trata-se de uma língua Tupi, segundo o mesmo autor, in “Grupos Lingüísticos do Território Federal de Roraima”, *Atas do Simpósio sobre a Biotu Amazônica*, Vol. 2 (Antropologia), 1967. O administrador da Fazenda São Marcos fez referência à existência de raros remanescentes de uma última família Maruai, grupo de língua Karib, da qual um elemento foi motorista da Fazenda.

(18) — Cf. Oliveira, *op. cit.*

(19) — Cf. Migliazza, *op. cit.*

(20) — Cf. depoimento do índio Agostinho (Makuxí).

(21) — As 3 aldeias foram visitadas por ocasião da pesquisa de campo.

(22) — Ribeiro, D. — “Culturas e Línguas Indígenas do Brasil”, in *Educação e Ciências Sociais*, Vol. 2, n.º 6, CBPE, Rio de Janeiro, 1957.

(23) — “As áreas reservadas aos índios no Brasil, são suscetíveis de serem agrupados em duas grandes categorias: — áreas reservadas exclusivamente aos índios e áreas reservadas não exclusivamente aos índios, mas nas quais os silvícolas têm garantidos seus direitos à terra e à auto-preservação cultural e bio-social” (cf. Silva, O. S. — “Territórios Indígenas no Tocantins”, separata dos *Cadernos Rurais* n.º 7, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, 1974).

(24) — Cf. *Anotações sobre a Fazenda Nacional de São Marcos*, Min. da Agricultura, 1947.

(25) — As análises procedidas mostram a imperativa necessidade da realização de novos, detidos e imediatos estudos técnicos objetivando a criação de reservas indígenas no Território Federal de Roraima, nas quais os grupos tribais remanescentes sobrevivam e possam reorganizar sua dinâmica social — nos casos em que já ocorreram deformações nas estruturas sócio-culturais — e praticar, livres, suas formas de economia, vivendo segundo seus padrões culturais.

Em todo o país, nenhuma área se presta tanto à criação de um Território Federal indígena, quanto o Território Federal de Roraima. O art. 30, do Estatuto do Índio, apresenta a seguinte definição: “Território federal indígena é a unidade administrativa subordinada à União, instituída em região na qual pelo menos um terço da população seja formada de índios”. Mais da metade da população do Território de Roraima se compõe de indígenas. Aquela seria uma alternativa a ser adotada pelo Governo Federal, para solucionar de vez o problema das terras indígenas desta área do território brasileiro. No entanto, é pouco provável sua adoção, face às riquezas naturais existentes, principalmente no sub-solo, e aos grandes interesses que elas despertam em corporações econômicas nacionais e internacionais.